

---

# CONTRIBUIÇÕES DA IDEIA DE “AUTORIDADE EPISTÊMICA” NA ANÁLISE DA VIABILIDADE DE UMA LINGUAGEM PRIVADA NA FILOSOFIA DE WITTGENSTEIN

CONTRIBUTIONS OF THE IDEA OF “EPISTEMIC AUTHORITY” TO THE ANALYSES OF THE  
VIABILITY OF A PRIVATE LANGUAGE IN WITTGENSTEIN’S PHILOSOPHY

Sebastião Alonso Júnior

**Resumo:** A proposta deste artigo é reconstituir aspectos da segunda filosofia de Ludwig Wittgenstein relativos à viabilidade de uma linguagem de natureza privada. O nosso ponto de partida é a análise do papel que a ideia de “autoridade epistêmica da primeira pessoa” desempenha no seu posicionamento. Importa notar que a concepção de “autoridade da primeira pessoa” é parte de um fenômeno linguístico mais amplo, a saber, a “assimetria entre autoatribuições e atribuições a terceiros”. Uma estratégia que se mostrou valorosa nesta busca foi a abordagem do pensamento do filósofo norte-americano Donald Davidson que, assim como Wittgenstein, aceita prontamente a ideia de “assimetria”. Contudo, assumem linhas argumentativas distintas quando o que está em jogo é apresentar uma justificação para a situação assimétrica. Davidson opta por uma saída epistêmica e Wittgenstein gramatical. E, como iremos mostrar, este ponto de tensão é campo de férteis discussões e revela muito sobre a perspectiva deste último quanto à possibilidade de uma linguagem que fale de experiências internas.

**Palavras-chave:** Wittgenstein, Linguagem Privada, Assimetria, Epistêmico

***Abstract:** The purpose of this paper is to reconstruct some aspects of Ludwig Wittgenstein’s second philosophy concerning the viability of a “private language”. Our starting point is the analysis of the role that the idea of “first person epistemic authority” plays in his rejection of the argument. It is noteworthy that the conception of “first person authority” that matters here is part of a broader linguistic phenomenon, namely, the “asymmetry between self-attributions and attributions to third parties. One strategy that proved valuable in our quest was to analyze the thinking of the American philosopher Donald Davidson, who, like Wittgenstein, readily accepts the idea of “asymmetry”. However, philosophers take different lines of argument when it comes to justifying the asymmetry situation. Davidson opts for an epistemic output and Wittgenstein grammatical. And, as we will show, it is precisely this point of tension is a field of fertile discussion and reveals most about the author’s perspective on the feasibility of a language that speaks of internal experiences.*

**Keywords:** Wittgenstein, Private Language, Asymmetry, Epistemic



## Introdução

Há uma percepção geral de que o termo “linguagem privada” remete a um tipo de monólogo ou código linguístico que apenas uma pessoa compreende. Entretanto, o uso filosófico da expressão denota a ideia de uma linguagem que fala das experiências internas de um falante que, por princípio, não podem ser compartilhadas com outros membros da comunidade linguística. Na segunda filosofia de Ludwig Wittgenstein o tema é abordado no emblemático trecho das *Investigações Filosóficas*<sup>1</sup> (IF), conhecido como “argumento da linguagem privada”<sup>2</sup>. O cerne da discussão pode ser localizado entre as seções 243 a 315, e seus desdobramentos envolvem a problemática da consciência e o estatuto das sensações. Naquele bloco de seções o filósofo apresenta uma linha argumentativa que reflete sobre a viabilidade de supor uma linguagem que, além de descrever as “vivências particulares” (*besonderes Erlebnis*) dos indivíduos, ocupe mesmo nível gramatical que a linguagem que trata das coisas físicas (1996, p. 98).

Nesse caso, há uma pergunta considerável a se fazer: é viável supor uma linguagem que desempenhe tais funções? Bem, a linha argumentativa apresentada por Wittgenstein recusa um tipo de “linguagem que descreva minhas vivências interiores” (*Sprache die meine innern Erlebnisse beschreibt*) (1996, p. 100). Um elemento chave para essa rejeição foi, sem dúvida, o seu posicionamento frente à ideia de “autoridade da primeira pessoa”. Diante disso, o objetivo deste artigo é investigar o papel crucial que a ideia de “autoridade epistêmica da primeira pessoa” desempenha na recusa de Wittgenstein em admitir uma linguagem que descreva vivências interiores.

Para consecução do nosso propósito é importante notar que a caracterização da ideia de “autoridade da primeira pessoa” parte de um fenômeno linguístico mais amplo, a saber, a “assimetria entre autoatribuições e atribuições a terceiros”. Uma estratégia que se mostrou valorosa em nossa busca foi a análise do pensamento do filósofo norte-

---

<sup>1</sup> A obra intitulada *Investigações Filosóficas (Philosophische Untersuchungen)*, sem dúvida, representa o ponto alto do trabalho filosófico de Wittgenstein (von Wright, 1969, p. 501; Baker e Hacker, 2005 a, p. 1-2). A composição desse texto remonta o retiro do filósofo na Noruega durante o outono de 1936, mas sua publicação só se deu em 1953, dois anos após sua morte.

<sup>2</sup> Vale informar que o termo não foi estabelecido por Wittgenstein, e sim por comentadores de sua obra. Sobre este aspecto o nosso entendimento coincide com as reflexões de David Stern (1995), ou seja, a interpretação do pensamento de um grande filósofo às vezes toma vida própria (p. 188).

americano Donald Davidson que, assim como Wittgenstein, aceita prontamente a ideia de “assimetria”. Contudo, os filósofos assumem linhas argumentativas distintas quando o que está em jogo é apresentar uma justificação para a situação assimétrica. Davidson opta por uma saída epistêmica e Wittgenstein gramatical. É justamente esse ponto de tensão que mais nos desperta interesse, uma vez que revela muito sobre a perspectiva do filósofo vienense frente a viabilidade de uma linguagem privada.

Diante disso, a nossa proposta para as próximas seções prevê uma análise da marcada assimetria entre autoatribuições e atribuições a terceiros, assim como o tratamento que a ideia de “autoridade epistêmica” recebe nesse contexto marcado por diferenças. Outro passo importante é avaliar a função gramatical que Wittgenstein atribui a sentenças descritivas e sentenças declaratórias na linguagem comum. Essa estratégia por certo favorece a compreensão dessas articulações na recusa do austríaco em aceitar uma linguagem que descreva experiências de ordem interna. Passemos, então, ao exame do peso que a recusa do “argumento epistêmico” tem na decisão de Wittgenstein.

### **Autoridade epistêmica: assimetria entre autoatribuições e atribuições a terceiros**

Como mencionado, a questão da “autoridade epistêmica da primeira pessoa” é parte de um problema linguístico mais amplo, a saber, a “assimetria entre autoatribuições e atribuições a terceiros”. Mas o que mantém essa situação de assimetria? Se remontarmos, brevemente, a descrição clássica há dois aspectos definitórios: primeiro, o autoatribuidor é quem passa pelo evento interno que enuncia e, portanto, tem de saber mais do que qualquer outro àquele respeito. Segundo, os “outros” só podem supor isso, ou melhor, a primeira pessoa sempre sabe mais sobre suas próprias experiências internas do que é capaz de comunicar. Com esse cenário fica estabelecido um tipo de autoridade epistêmica do autoatribuidor, ausente em terceiros. Mas é preciso ir além da caracterização clássica que só nos serve como breve introdução.

Antes de tratarmos propriamente das críticas que Wittgenstein dirige à ideia de “linguagem privada”, seria interessante destacarmos alguns procedimentos incontornáveis de todo trabalho filosófico. O primeiro e mais fundamental deles é

procurar estabelecer qual é o problema que o filósofo estava abordando. A estratégia escolhida nesta seção é a análise da ideia de “autoridade epistêmica” partindo da caracterização oferecida pelo filósofo estadunidense Donald Davidson, sobretudo, a que expressa no emblemático artigo “Autoridade da primeira pessoa” (1984). A verdade é que o norte-americano foi um dos mais influentes filósofos da segunda metade do século XX. A abrangência de sua obra inclui, entre outras, teorias sobre ação, mente, linguagem e, por certo, toca em pontos centrais da filosofia da linguagem e da filosofia da mente.

O nosso interesse no pensamento de Davidson é motivado pela sua aceitação, assim como Wittgenstein, de que há uma relação de assimetria entre autoatribuições e atribuições a terceiros. Contudo, a explicação que oferece para justificar a situação assimétrica é pautada no argumento da “autoridade epistêmica da primeira pessoa” que, à guisa de antecipação, é uma justificativa que o filósofo austríaco não subscreve. Esse contraste oferece uma estimulante oportunidade de debater a posição de Wittgenstein frente à viabilidade de uma linguagem que fale das experiências de natureza privada.

Nesse sentido, o objetivo desta seção é remontar, a partir da visão davidsoniana, uma caracterização da natureza da assimetria entre a perspectiva da primeira pessoa relativamente a terceiros, sobretudo, quando o que está em jogo é a possibilidade de formulação de enunciados que falem de eventos mentais. Com isso, teremos meios para avaliar a força do argumento da “autoridade epistêmica” na versão wittgensteiniana, assim como do seu peso na recusa de uma linguagem de natureza privada.

A assimetria admitida pelo norte-americano é de natureza epistêmica e revelada através (a) do conhecimento da primeira pessoa quanto a suas crenças e expectativas, e (b) do conhecimento que os “outros” podem vir a ter dos estados psicológicos da primeira pessoa. Ele ilustra que se o “eu” enuncia “Wagner morreu feliz” expressa, assim, uma crença. Contudo, há de se considerar a assimetria entre o conhecimento do “eu” acerca daquilo em que acredita (que Wagner morreu feliz), e o conhecimento do “outro” acerca daquilo que o “eu” acredita (a interpretação de seu comportamento de “crença na felicidade de Wagner ao morrer”). Essa marca distintiva do pensamento de Davidson supõe que o conhecimento que o “eu” dispõe sobre o conteúdo semântico da sentença que enuncia é diferente do conhecimento de “outros”. Diferentemente do “eu”, os “outros” dependem da interpretação de um comportamento (1984, p. 7-8).

Partindo da linha argumentativa de Davidson, é perfeitamente possível que a primeira pessoa tenha conhecimento acerca da propriedade mental do outro. O comportamento da terceira pessoa é capaz de evidenciar suas experiências mentais subsidiando, assim, as impressões do “eu” a respeito do “outro”. Contudo, é possível que a primeira pessoa saiba, sem evidências comportamentais, sobre as suas próprias propriedades mentais? Bem, em se tratando dos estados mentais da primeira pessoa, Davidson não fala claramente, e nem dá maiores explicações. E se o faz é de maneira genérica como mostra a passagem “uma pessoa não pode, em geral, usar mal suas próprias palavras” (1984, p. 13). É como se o uso já estabelecesse a significação. Perceba, portanto, que o cenário descrito até aqui revela que Davidson, apesar de ser sectário da ideia de “assimetria”, só é capaz de explicá-la de forma parcial.

Vejamus isso melhor. Na sua base argumentativa fica bem demarcado o papel que o conhecimento da terceira pessoa, relativo aos estados psicológicos da primeira, desempenha na assimetria. Contudo, não fala de forma direta sobre a natureza do conhecimento do “eu” acerca de seus próprios estados psicológicos. Em linhas gerais, ele vai dizer que quando um falante enuncia um estado psicológico de crença exige de terceiros um elemento a mais: os outros precisam *interpretar* aquilo que o “eu” já *sabe naturalmente*. Isso leva a presunção dos ouvintes de que o “eu” muito raramente se equivoca ao enunciar suas “crenças”.

Observe que Davidson opta, em parte, por uma saída intuitiva e razoavelmente natural para justificar a assimetria epistêmica que admite. Na base da sua argumentação importa a maneira *indireta* como os outros conhecem os estados psicológicos do autoatribuidor, e na contraparte *direta* de como o autoatribuidor conhece seus próprios estados psicológicos. Mas, como traçar uma representação mais clara da perspectiva do norte-americano relativa à assimetria entre o conhecimento do falante sobre os significados de suas palavras e o conhecimento que os outros têm dessa significação? Há dois aspectos chave que devem ser considerados nesta tarefa. Primeiro, um falante pode declarar os significados de suas palavras com um grau de precisão e certeza completamente indisponível para os ouvintes. Nas suas palavras,

Nem o falante, nem o ouvinte, têm algum modo misterioso ou especial de saber o que significam as palavras do falante; ambos podem estar equivocados. Mas há uma diferença. O falante, após empregar toda sua argúcia e conhecimento na tarefa de explicitar o que suas palavras querem dizer, não pode fazer melhor do que chegar a esse tipo de afirmação: “Meu proferimento de que ‘Wagner morreu feliz’ é verdadeiro se e somente se Wagner morreu

feliz”. Um intérprete não tem nenhuma razão para aceitar que essa seja sua melhor maneira de determinar as condições de verdade do proferimento do falante (1984, p. 13).

A segunda ideia chave de Davidson é que um falante deve, em geral, estar certo sobre o significado de suas palavras, uma vez que é o próprio uso que determina o que significam. Contudo, não há razão semelhante para que um ouvinte deva, em geral, estar certo sobre o significado das palavras de um falante. Mais uma vez,

Há uma pressuposição – uma pressuposição inevitável interna à própria natureza da interpretação – de que o falante normalmente saiba o que ele quer dizer. Portanto há uma pressuposição de que, se ele sabe que acha que uma frase é verdadeira, que ele saiba no que ele acredita (1984, p. 14).

Entendemos que uma explicação completa da assimetria deveria abordar tanto o conhecimento que a primeira pessoa tem de *suas próprias crenças*, quanto ao conhecimento que os outros têm da *minha crença*. Diante disso, mais uma vez insistimos que a justificativa oferecida por Davidson é parcial. É bem verdade que, como podemos conferir nas citações acima, ele afirma que quando uma pessoa enuncia suas próprias crenças (como a de que “Wagner morreu feliz”) o conhecimento que tem delas não depende de observação ou inferência, como no caso de outros (1984, p. 12). Entretanto, e apesar das claras referências que faz à fonte privilegiada de conhecimento da primeira pessoa, julgamos sua explicação muito genérica.

Destacado intérprete do pensamento de Davidson, o professor de Oxford William Child também manifesta que a explicação acerca do conhecimento do outro é mais clara do que a oferecida para explicar o conhecimento do autoatribuidor. O “eu” desfruta de um ponto de vista privilegiado quanto ao conhecimento do conteúdo semântico de termos que designam seus próprios estados de crença, quando comparado com a posição dos “outros”, porém o filósofo norte-americano explora superficialmente esse aspecto. Segundo afirma, as diferentes vertentes na discussão de Davidson formam uma explicação única do conhecimento dos falantes sobre o significado de suas palavras. A substância principal da explicação vem da ideia de que os significados das expressões são determinados pelo próprio uso dos termos. É isso que garante a presunção de que um falante geralmente sabe o que significam seus enunciados (2017, p. 186).

Os desdobramentos da nossa investigação oferecem elementos suficientes para afirmar que, apesar dos iniciais pontos de contatos, a explicação oferecida por Davidson

segue por um caminho distinto daquele formulado por Wittgenstein. No entendimento do norte-americano a assimetria é fundada, em grande parte, na interpretação do comportamento dos outros. No caso do autoatribuidor seus enunciados permanecem, injustificadamente, livres de erros. Contudo, isso não explica o que é mais intrigante sobre nosso conhecimento dos significados de nossas palavras, ou sobre a assimetria entre nosso conhecimento de nossas próprias mentes e nosso conhecimento da mente dos outros. Mas se Davidson nos serviu bem para apresentar uma caracterização da questão da “assimetria” e “autoridade epistêmica da primeira pessoa” é preciso agora avaliar o ponto de vista wittgensteiniano.

### **Wittgenstein e a recusa da ideia de “autoridade epistêmica”**

A possibilidade de uma linguagem que fale de vivências internas é tacitamente suposta pela corrente dominante na filosofia moderna. É uma questão tributária da dualidade ontológica com que a tradição caracteriza a relação entre físico e mental. Contudo, a questão provoca controvérsias. Ludwig Wittgenstein dedica um tópico inteiro das *Investigações Filosóficas* ao tratamento desse tema. Logo nas seções iniciais do conhecido “argumento da linguagem privada” é desenvolvido um empolgante debate envolvendo categorias mentais e comportamento<sup>3</sup>. A marcada assimetria entre autoatribuições e atribuições a terceiros revelada pelos usos da linguagem ordinária é tema recorrente na discussão. O que mais chama atenção naquele trecho são as confusões que a tentativa de justificar a relação assimétrica com uma argumentação eminentemente epistêmica é capaz de provocar. Mas, quais são os inconvenientes de uma justificação com base no “privilégio epistêmico da primeira pessoa”?

Para responder essa indagação é preciso um exame mais minucioso da questão. Ao final da seção 246 das *Investigações* o filósofo afirma que “tem sentido dizer que os outros duvidam que eu tenha dores; mas não tem sentido dizer isso de mim mesmo” (1996, p. 99). Observe que a queixa de Wittgenstein é que “dúvidas” só fazem sentido quando o que está em jogo são as dores alheias, mas nunca as dores que a primeira pessoa se autoatribui. A fonte da “falta de sentido” não é de natureza epistêmica, e sim gramatical. Observe que quando predicados que denotam atitudes proposicionais, como

---

<sup>3</sup> Cf. IF, seções de 244 a 250.

“duvido”, “acredito” ou “creio”, são prefixados em sentenças autoatributivas a construção se mostra absurda. Suponha os exemplos:

- 1- Estou com dor de dente
- 2- Ele está com dor de dente
- 3- Duvido que estou com dor de dente
- 4- Duvido que ele esteja com dor de dente.

Esses testes semânticos objetivam prever e explicar aspectos convencionais acerca das formulações em destaque. Ao prefixar a autoatribuição (3) o resultado é uma posição completamente absurda por parte do “eu” que tem dúvidas se sente, ou não, uma sensação que ocorre nele mesmo. Além disso, os verbos mentais “duvido que...”, “creio que...” e “não acredito que...” são fundamentais para desvelar um aspecto central, ou seja, que sentenças com funções aparentemente equivalentes na linguagem comum (1 e 2) são, na verdade, completamente assimétricas. Mas não em virtude de um impositivo epistêmico, como supunha Davidson e toda uma tradição antes dele, e sim por imposição gramatical.

Ocorre que a gramática de um dos enunciados (3) se mostra sem sentido para o ouvinte e provoca, inevitavelmente, um cenário de falha comunicacional. Segundo o professor António Marques, faz sentido que na linguagem comum se “saiba” ou “duvide” da dor de terceiros, mas não faz sentido algum dizer que “eu não acredito que tenho dores” (2012, p. 60). O “eu” aprende sobre como identificar casos de dor nos outros. Mas como ele aprenderia a detectar sinais externos para aferir sobre suas próprias dores? Observe que foi justamente essa questão que Davidson não foi capaz de responder.

Há, portanto, dois dados na ideia de autoridade epistêmica que pesam na rejeição de Wittgenstein: (a) somente o sujeito que passa pela experiência privada é capaz de *saber* que passa e (b) cabe aos outros somente supor, uma vez que há um tipo de “visão privilegiada” nas sentenças em primeira pessoa, ausente nas que falam de terceiros. Em grande parte a dificuldade reside na oferta de uma justificação para a relação assimétrica fundada na aceitação de que somente a primeira pessoa *saiba* alguma coisa de maneira

completa e definitiva, mas sem que esse “algo” possa ser completa e definitivamente conhecido por outros<sup>4</sup>.

Uma maneira bastante ilustrativa de conceber o problema pode partir do que chamamos aqui de metáfora das “caixas”. O interlocutor imaginário com quem Wittgenstein recorrentemente debate nas *Investigações* supõe que a dimensão interna, *locus* no qual os fenômenos privados de um indivíduo ocorrem, pode ser comparável a uma caixa a que só o *dono* possui acesso e ninguém mais pode “olhar” dentro. Apesar de se tratar de bilhões de caixas é impossível verificar se o conteúdo da caixinha de um coincide com a caixinha do outro. Só é possível supor que na caixa do “eu” tenha exatamente aquilo que ele *descreve*, ou seja, os objetos internos que compõem suas emoções, crenças, desejos, humores, sensações etc.

Isso fica evidente na famosa passagem das *Investigações Filosóficas* (seção 293) na qual o filósofo faz uma inusitada apresentação da questão da privacidade falando de besouros e caixas.

Suponhamos que cada um tivesse uma caixa e que dentro dela houvesse algo que chamamos de “besouro”. Ninguém pode olhar dentro da caixa do outro; e cada um diz que só sabe o que é um besouro apenas por olhar *seu* besouro. – Poderia até ser que cada um tivesse outra coisa em sua caixa. Sim, pode-se imaginar que essa coisa mudasse constantemente. – Mas e se, agora, a palavra “besouro” tivesse um uso para estas pessoas? – Neste caso, não seria a designação de uma coisa. A coisa na caixa não pertence, de nenhum modo, ao jogo de linguagem nem mesmo como um algo: pois a caixa poderia também estar vazia. – Não, por meio dessa coisa na caixa pode-se ‘dar uma abreviação’; seja o que for, é suprimido (1996, p. 107, grifos do autor).

O trecho explora uma questão fulcral da Filosofia da Psicologia de Wittgenstein e mostra sua contraposição com relação à visão clássica de pluralidade de mentes (ou caixinhas). Chama-nos atenção o alto preço a pagar quando se aplica a gramática de enunciados que falam da realidade física em enunciados que falam de experiências internas, seguindo um modelo objeto-designação. Ocorre que o objeto perde completamente a sua importância. Do ponto de vista de Wittgenstein essa maneira errônea e ilusória de olhar a questão repercute diretamente na forma como a linguagem é praticada, provocando um número de equívocos. Todos esses enganos têm suas raízes fincadas no tratamento dual que coloca em lados completamente opostos mente e realidade.

<sup>4</sup> Ver IF, seções 258 a 261.

Favorecido pela possibilidade de introspecção, a posição do proprietário da caixa é extremamente privilegiada quando relativa à posição do outro que só pode ter acesso indireto ao conteúdo da “caixinha” dos demais. E essa é a essência do suposto privilégio epistêmico da primeira pessoa e fonte da assimetria radical sustentada não só por Donald Davidson, mas também por toda uma tradição filosófica que o antecede. Dessa maneira pouco convencional Wittgenstein assegura que essa é uma maneira equivocada de justificar a assimetria entre autoatribuições e atribuições a terceiros. Como mencionamos alhures, a fonte de assimetria que o autor das *Investigações* procura é outra.

Em resumo, procuramos partir da questão da “assimetria” e da justificativa epistêmica oferecida por Davidson para entender um elemento central no tópico que trata da linguagem privada, ou seja, de que naquelas seções Wittgenstein se empenha em recusar a ideia de privilégio epistêmico da primeira pessoa quando o que está em jogo é a formulação de enunciados psicológicos. Com isso, nos demos conta que para o austríaco o motivo da assimetria é outro. Ocorre que o tipo de assimetria que admite é produto da função que sentenças descritivas e sentenças declaratórias desempenham na linguagem comum. Passemos agora à versão wittgensteiniana e o conseqüente impacto disso na recusa de uma linguagem de natureza essencialmente privada.

### **Descrições são diferentes de declarações**

O que foi dito até aqui nos coloca em posição de discutir a ideia de assimetria concebida por Wittgenstein. Como iremos mostrar, a justificação que o filósofo oferece para a relação assimétrica é de natureza gramatical e possui valor capital na rejeição da viabilidade de uma linguagem de natureza privada. Para o austríaco, diferentemente da perspectiva davidsoniana, a fonte dessa assimetria tem suas raízes na posição gramatical que cada enunciado ocupa na linguagem comum. Nesse sentido, o propósito desta seção é fazer uma análise dos termos em que o filósofo estabelece a assimetria, assim como do papel que essa articulação desempenha no adequado entendimento da sua posição relativa à ideia de “linguagem privada”.

É importante ter em mente que os termos com os quais Wittgenstein rechaça a ideia de uma linguagem que, presumivelmente, fale de experiências internas são fruto dos contornos que sua filosofia assume na maturidade. Em se tratando das seções que

compõem o “argumento da linguagem privada” o seu interesse se concentra, quase que exclusivamente, nos enunciados e comportamentos públicos em diferentes contextos interlocutórios<sup>5</sup>. Contudo, o que há de mais valioso naquele trecho para a composição do nosso quadro conceitual está intimamente conectado à equivocada suposição de que testemunhos subjetivos e atribuições a terceiros desempenham *a mesma* função na linguagem comum.

É uma suposição que produz graves erros. Primeiro, atribui o mesmo valor semântico às funções *descritivas* e *expressivas* de uma linguagem. Segundo, acaba, portanto, por negar a assimetria essencial entre autoatribuições e atribuições a terceiros. Ocorre que a assimetria só pode ser percebida no registro da prática linguística ou, por outros termos, no pleno uso da linguagem<sup>6</sup>. Observe esse trecho da seção 244 das *Investigações Filosóficas*,

Como palavras se referem a sensações? – Não parece haver ali qualquer problema; pois não falamos diariamente de sensações e as denominamos? Mas como vem a ser estabelecida a ligação do nome com o denominado? A pergunta é a mesma que: como uma pessoa aprende o significado de nomes de sensações? Por exemplo, da palavra “dor”. Esta é uma possibilidade: as palavras vêm a ser ligadas com a expressão original, natural, da sensação, e colocadas no seu lugar. Uma criança se machuca e grita; os adultos, então, falam com ela e lhe instruem com exclamações, e, mais tarde, sentenças. Eles ensinam à criança um novo comportamento de dor. “Você diz, então, que a palavra ‘dor’ realmente significa o grito?” – Pelo contrário; a expressão verbal da dor *substitui* o grito, não o *descreve* (1996, p. 98-9, grifos nossos).

Bem, temos elementos reveladores nesse trecho. Perceba que Wittgenstein fala de um tipo de “expressão natural” que a linguagem “substitui”, porém não elimina. Esse é um importante indicativo de que não cabe às sentenças que *declaram* estados internos um papel *descritivo* dentro das práticas interlocutórias. Com isso, estabelece os atos de fala declaratórios (*Äusserung*) e os atos de fala descritivos (*Beschreibung*) em níveis gramaticais completamente distintos. Isso marca um aspecto decisivo, a saber, que o tipo de assimetria subscrita pelo filósofo austríaco opera em um nível lógico-semântico da linguagem comum.

No trecho final da citação deixa entrever que enunciados psicológicos em primeira pessoa (o grito de dor) são totalmente assimétricas com relação as suas contrapartes em terceira pessoa (a descrição de um comportamento indicativo de dor em outros). Certamente essa abordagem envolve aspectos linguísticos, cognitivos e

---

<sup>5</sup> Cf. IF, seções 246, 263, 272, 274, 293, 295, 303, 315 (1996).

<sup>6</sup> Cf. IF, seções 246 a 280 (1996).

volitivos de grande interesse tanto para analisar a verdadeira natureza da assimetria, quanto para a viabilidade de uma “linguagem privada” cuja função gramatical seja *descrever* experiências internas.

Uma das principais posições interpretativas do pensamento de Wittgenstein é oferecida pelo filósofo britânico Peter Hacker em seu monumental comentário analítico das *Investigações Filosóficas* (1997). Nas suas palavras, a autoatribuição exterioriza uma experiência interna, mas não a descreve e, nesse sentido, o “eu” pode muito bem afirmar que *sabe* sobre a experiência de “outros”. Contudo, é absurdo *saber* ou *não saber* de *suas próprias* vivências privadas. Vale notar que a absurdidade de um enunciado no qual o “eu” tenha dúvidas acerca das dores que autodeclara deve ser atribuída ao papel semântico que sentenças declaratórias desempenham na linguagem comum e não em virtude de um conhecimento privilegiado.

Mas é preciso avançar nos desdobramentos que a exploração sistemática da assimetria gramatical entre descrições e expressões naturais produz. Passemos, então, ao exame da função linguística de sentenças descritivas. Nas seções 290 e, mais especificamente na 291, o filósofo afirma que “o que chamamos ‘descrições’ são instrumentos para empregos especiais. Pense no desenho de uma máquina, numa seção, num esboço com medidas que o mecânico tem diante de si” (1996, p. 107). Quando alguém faz uma descrição lança mão de uma investigação de natureza perceptual, podendo, inclusive, se aproximar ou “ajeitar melhor” os óculos para falar dos elementos que compõem o cenário, tocar neles, avaliar sua textura. Todas essas táticas perceptuais permitem ao falante apresentar sua descrição com um alto nível de precisão. Ele pode ampliá-la e comparar objetos, contar sua origem, preço, história etc. Pode, ainda, acrescentar dados secundários e traçar um paralelo com outras versões, ou até mesmo perguntar o motivo do objeto ter sido descrito dessa e não de outra forma. Tudo isso faria da sua descrição a mais acurada possível.

Já em casos de sentenças que *descrevem* estados internos (linguagem privada), não faz sentido algum supor o detalhamento do *objeto da descrição*. Ora, são casos em que só é facultado ao falante *declarar* o que se passa com ele, mas sem ser capaz de oferecer detalhes captados por apreensão perceptual. É verdade que no caso de uma descrição de coisas físicas o falante possa sempre sofisticar o seu proferimento e fazer um detalhamento mais preciso do que vê. Entretanto, como singularizar o que é descrito

em uma sentença de ordem psicológica? Se no caso de objetos físicos é possível uma aproximação, lançar luz sobre eles, colocar óculos tendo em vista melhorar a condição descritiva, no caso em que o “objeto” é mental essas estratégias não fazem diferença alguma.

Com efeito, as caracterizações acima circunscrevem a função que sentenças descritivas desempenham na linguagem, a saber, oferecer um detalhamento cada vez mais perspicuo do objeto descrito. Ao descrever uma situação de dor em outra pessoa, um objeto ou o ambiente ao seu redor, o falante usará critérios de descrição completamente diferentes dos que usaria para “descrever” um sonho, ou uma imagem que ocorra a ele mentalmente<sup>7</sup>. O que deve ser levado em conta quando se atribui dor a terceiros é o comportamento observado, evidência de que o “outro” passa por uma ocorrência dolorosa. E mesmo que as palavras empregadas nas duas formas de “descrever algo” possam muitas vezes coincidir, a função gramatical que desempenham na linguagem é bastante diferente.

Passemos agora ao exame da função linguística das sentenças de natureza declaratória<sup>8</sup> ou, por outros termos, as autoatribuições ou testemunhos subjetivos. Há uma ampla lista de comportamentos pré-linguísticos para estados, reações e condições psicológicas que os humanos normalmente apresentam desde o nascimento. Exemplo disso é uma criança com raiva, ansiosa ou com medo, bem como as reações físicas características decorrentes de tais estados. Nesses casos a criança tem uma atitude natural de comunicação que não passa por nenhum processo perceptual de “reconhecimento” da sensação (1996, p. 98). Esse comportamento é um tipo primitivo de expressão que está na base dos atos de fala. Contudo, com o desenvolvimento cognitivo a criança passa a verbalizar tais reações naturais em enunciados cada vez mais complexos.

Vamos, mais uma vez, considerar a seção 244 citada acima, especificamente a parte que trata de sensações e comportamento. Observe que diante da provocação de seu oponente imaginário, já ao final do trecho, Wittgenstein vai indicar que a sentença “eu tenho dor” *substitui* o grito original e articula gramaticalmente a expressão natural da dor sem, entretanto, *descrevê-la*. Ocorre que em autoatribuições de dor o falante lança

---

<sup>7</sup> Cf. IF, seções 272 a 280 (1996).

<sup>8</sup> Cf. IF, seções 244 e 245 (1996).

mão de um jogo de linguagem que, por si só, é a evolução de um comportamento primitivo diante de uma manifestação dolorosa<sup>9</sup>. Sob o ponto de vista gramatical, uma declaração de dor é compatível com um grito ou um gemido e não com uma descrição de uma sensação dolorosa.

Nesse sentido, o fato do “eu” poder manifestar suas dores não quer dizer que tenha acesso privilegiado ou que pode direcionar a percepção para suas ocorrências internas. Quando declara uma dor a primeira pessoa não está fazendo um relatório do que acontece “dentro de si”, como um produto de sua “observação interna”. Nas palavras do professor António Marques, o grito “ai, cortei meu dedo!” ou “meu dente dói!”, não é o relato de uma dor e sim a evolução de sua expressão natural. Da mesma forma, se alguém afirma “estou preocupado com você” não é para expressar ou descrever algo acessível a ele por via de um exercício introspectivo, mas para externar o que sente (2012, p 60-61).

Importa notar que a linguagem privada fica impossibilitada em virtude de que é logicamente inviável descrever uma dimensão interna, apenas conhecida por introspecção e semelhante a uma caixinha a que somente o dono acessa, e que aos outros não é facultada a possibilidade de perscrutar e avaliar o conteúdo. Inspirados pela temática da seção 293, podemos dizer que a máxima nesse caso é que cada qual tem sua caixa e ninguém olha a caixa do outro. Segundo a interpretação de Merrill e Jaakko Hintikka, o objeto privado representado pelo besouro (ou a sensação) é “semanticamente desconsiderado apenas quando a semântica da fala sobre sensação é construída segundo um modelo incorreto” (1994, p. 325).

Por fim, quando uma sentença como “eu sinto dor” é proferida, o privilégio do proferidor não pode ser epistêmico. Se há algum tipo de vantagem é porque a sentença é a *própria expressão* da dor e substitui o grito primitivo. A declaração de “saber” ou “portar” uma sensação não pode ser justificada da mesma maneira que a sentença “eu sei que tenho uma moeda no meu bolso esquerdo”. No caso da moeda há uma evidência externa que é a própria moeda. Mas no caso da dor o que seria essa evidência? Na verdade, não há uma forma de justificar com *elementos externos* uma *ocorrência interna*. Nesse caso, que utilidade teria uma linguagem que falasse sobre coisas que,

---

<sup>9</sup> Cf. IF, seções 244, 281, 302, 304, 393 (1996).

metaforicamente, estivessem em uma caixa, mas que não pudessem ser compartilhadas com mais ninguém? Nenhuma, diria Wittgenstein.

### **Considerações finais**

Façamos, portanto, as últimas considerações inspirados por um questionamento apresentado nos parágrafos iniciais deste artigo, e que contestava a viabilidade de uma linguagem de natureza privada. Como vimos, nas *Investigações Filosóficas* Ludwig Wittgenstein dedica um trecho da obra a avaliação da possibilidade de uma linguagem que, por definição, fale das experiências internas dos falantes de maneira significativa. Contudo, a sua tática argumentativa reconhece obstáculos intransponíveis a qualquer tentativa de aceitação desta tese. E o maior deles é de ordem lógico-gramatical.

Um elemento dominante por toda discussão, e que teve papel fundamental na composição desse cenário final, é a recusa da ideia de que há uma situação de “autoridade epistêmica da primeira pessoa” que enuncia seus estados psicológicos, totalmente ausente quando o que está em jogo são as atribuições a segundos e terceiros. Nesse sentido, a rejeição da ideia de “autoridade epistêmica”, assim como o posicionamento do filósofo frente à assimetria gramatical entre autoatribuições e atribuições a terceiros, se mostraram elementos decisivos no estabelecimento da sua perspectiva relativa à factibilidade de uma linguagem privada.

Como vimos, sentenças autoatributivas e atribuições a terceiros são assimétricas em virtude da diferente função gramatical que desempenham na linguagem. A reclamação do austríaco é que há um tipo de tráfico indevido da gramática de sentenças com função descritiva para sentenças com função expressiva. E se Wittgenstein rechaça a possibilidade de construir enunciados que falam da dimensão interna segundo a gramática de enunciados que falam da realidade física, ele acaba por rejeitar a ideia de “linguagem privada”.

Por todo o texto procuramos mostrar que, ao argumentar contra a possibilidade de uma linguagem privada, as preocupações de Wittgenstein são de natureza prática, ou seja, com os problemas que decorrem do tratamento equânime dispensado a sentenças com funções semânticas diferentes. É na prática linguística que a marcada assimetria entre autoatribuições e atribuições a terceiros se revela. Há uma tendência equivocada, fruto de anos de tradição, em tratar tanto sentenças psicológicas em primeira, quanto em

terceira pessoa, como proposições de natureza descritiva. Mas essa é uma maneira errônea e ilusória de abordar a questão.

A verdade é que uma linguagem de natureza essencialmente privada teria consequências radicais, ou seja, por ser regulada por regras incompartilháveis ninguém poderia efetivamente entendê-la. Lembre da metáfora do “besouro na caixa” na qual cada um só pode ver o conteúdo de sua própria caixinha (ou consciência). É importante notar que a via argumentativa de Wittgenstein não está isenta de algumas especificidades que, por certo, despertariam estranheza em psicólogos e psiquiatras. Todavia, o filósofo não está negando a noção de consciência e sim afirmando que a ela não se pode atribuir um proprietário singular. O que provoca esse inconveniente é o uso de uma linguagem fiscalista para lidar com ocorrências internas.

Os dados *descritos* em enunciados de ordem privada não podem ser acessados por ninguém além do proferidor e, se assim for, teria uma serventia questionável à prática interlocutória. Por fim, com essa linha argumentativa o filósofo chama atenção para o quanto construções gramaticais como as que atestam ciência das próprias experiências internas são mal construídas e gramaticalmente vagas. A própria ideia de “linguagem privada” é produto de uma falsa crença: de que as regras gramaticais atuantes na construção de sentenças que falam de coisas físicas são as mesmas que regulam as sentenças de ordem declaratória.

## Referências Bibliográficas

- BAKER, G. P.; HACKER P. M. S. *Wittgenstein: understanding and meaning*. 2. ed. Oxford: Blackwell publishing, 2005 a. (part I of an analitical comentary on the philosophical investigations)
- CANFIELD, John V. (ed). *The philosophy of Wittgenstein*. Vol. 9: the private language argument. New York: Garland, 1986.
- CHILD, W. Wittgenstein and Davidson on first-person authority and the univocality of mental terms. In: VERHEGGEN, C. Wittgenstein and Davidson on thought, language and action. Cambridge: Cambridge University Press, 2017. (p. 186 – 204)
- CHILD, William. First person authority. In. LEPORE, E.; KIRK, Ludwig (eds.). A companion to Donald Davidson, Oxford: Wiley Blackwell, 2013 (p. 533-549).
- DAVIDSON, Donald. First person authority. In. DAVIDSON, D. *Subjective, Intersubjective, Objective*. Oxford: Oxford University Press, 2000 (p. 3-14).

- DAVIDSON, Donald. Problems in the explanation of action. In, DAVIDSON, D. Problems of rationality. Oxford: Oxford University press, 1987
- GLOCK, Hans-Johann. *Dicionário Wittgenstein*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.
- HACKER, P. M. S. *Wittgenstein: meaning and mind*. Oxford: Blackwell, 1997.
- \_\_\_\_\_. *Wittgenstein: Mind and Will (part I: Essays)*. Vol. 4. Oxford: Blackwell, 1990.
- HINTIKKA, M.; HINTIKKA, J. *Uma investigação sobre Wittgenstein*. Campinas: Papirus, 1994.
- LEPORE, E.; LUDWIG, K. Donald Davidson: *Truth, language, and reality*. Oxford: Oxford University Press, 2005.
- MACHADO, Alexandre Noronha. *Lógica e forma de vida: Wittgenstein e a natureza da necessidade lógica e da filosofia*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2007.
- MARQUES, Antonio. *O interior: linguagem e mente em Wittgenstein*. São Paulo: Edições Loyola, 2012.
- \_-----\_. Racionalidade prática e autoridade da primeira pessoa. *Revista Analytica*, 2001-2002: 119 - 141.
- PORTO, André. Rule Following and Functions. *O que nos faz pensar*, n. 33, pp. 63-109, mar. 2013.
- STERN, David G. *Wittgenstein on mind and language*. New York: Oxford University Press, 1995.
- WITTGENSTEIN, Ludwig. *Investigações Filosóficas*. São Paulo: Abril, 1996.